

Clarice Farian de Lemos
Claudionor Beatrice
Maria Luisa Carvalho
Marilene Zazula Beatriz
Simone Aparecida Polli
Stella Maris da Cruz Bezerra



Desafios para a conquista do direito à moradia digna no assentamento Ilha



**Desafios para a conquista do direito à moradia
digna no assentamento Ilha**



Reitor: Carlos Eduardo Cantarelli. **Vice-Reitor:** Luiz Alberto Pilatti. **Diretora de Gestão da Comunicação:** Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão. **Coordenadora da Editora:** Camila Lopes Ferreira.

Conselho Editorial da Editora UTFPR. Titulares: Bertoldo Schneider Junior, Hieda Maria Pagliosa Corona, Hypolito José Kalinowski, Isaura Alberton de Lima, Juliana Vitória Messias Bittencourt, Karen Hylgemager Gongora Bariccatti, Luciana Furlaneto-Maia, Maclovia Corrêa da Silva e Sani de Carvalho Rutz da Silva. **Suplentes:** Anna Silvia da Rocha, Christian Luiz da Silva, José Antonio Andrés Velásquez Alegre, Lígia Patrícia Torino, Márcio Barreto Rodrigues, Maria de Lourdes Bernartt, Mário Lopes Amorim, Ornella Maria Porcu e Rodrigo Lingnau.

Editora filiada a



Clarice Farian de Lemos
Claudionor Beatrice
Maria Luisa Carvalho
Marilene Zazula Beatriz
Simone Aparecida Polli
Stella Maris da Cruz Bezerra

**Desafios para a conquista do direito à moradia
digna no assentamento Ilha**

Curitiba
UTFPR Editora
2015



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D441d Desafios para a conquista do direito à moradia digna no assentamento Ilha / Clarice

Farian de Lemos... [et.al]. – Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

26 p. : il.

ISBN: 978-85-7014-150-7 (Recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano. 2. Política habitacional. 3. Direito à moradia I. Lemos, Clarice Farian de II. Beatrice, Claudionor III. Carvalho, Maria Luisa IV. Beatriz, Marilene Zazula V. Poli, Simone Aparecida VI. Bezerra, Stella Maris da Cruz VII. Título.

CDD (22. ed.) 307.76

Bibliotecária: Rosana da Silva CRB: 9/1745

Coordenação editorial

Camila Lopes Ferreira
Emanuelle Torino

Capa e projeto gráfico

Miguel João Dias da Costa Pereira

Normalização

Camila Lopes Ferreira

Editoração eletrônica e supervisão gráfica

Vanessa Constance Ambrosio

Revisão gramatical e ortográfica

Adão de Araújo

Apoio

Programa de Extensão Universitária (PROEXT) - MEC/SESu - Edital 2014

SIGProj N°: 143137.648.95463.22032013

Colaboração

Bolsistas de Extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo: **Andréia Farias do Nascimento, Bárbara Carvalho Cavaliere, Karine Hilgenberg Martins, Miguel João Dias da Costa Pereira, Stephanie Noleto e William Willrich.**

Voluntários das Atividades de Extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo: **Mia Hiromi Nakagiri e Sandro Cabral.**

Educadoras Populares: **Vandécia de Assis, Andréa de Barros e Ângela Maria de Azevedo Padilha.**

Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e Rede de Educação Cidadã (RECID).

Sumário

A Ilha.....	7
Os moradores.....	9
Os rios.....	10
As enchentes.....	11
A natureza.....	12
As lutas... ..	13
A Ilha é o nosso Jardim do Éden.....	14
Porém, há muito por que lutar... ..	15
O que o pessoal da Universidade Tecnológica veio fazer aqui...?.....	16
Por que não é possível promover a regularização fundiária e a urbanização da Ilha?.....	18
O que fazer?.....	21
Programas habitacionais do Governo Federal.....	22
Referências.....	25



A Ilha...

O nome Ilha, dado pelos moradores do assentamento, veio do fato de que a área era cercada pelos rios Tanguá e Barigui, antes de mudarem de curso, formando uma espécie de ilha (Figuras 1 e 2).

A Ilha situa-se a 15 km do centro de Curitiba, em Almirante Tamandaré, município cuja população total soma cerca de 103 mil habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Grande parte da cidade está localizada na chamada zona de carste (cavernas, rochas, rios subterrâneos), com terrenos ondulados que dificultam a ocupação. Isso também contribui para que não haja muitas indústrias e empresas na região, e conseqüentemente tenha pouca oferta de emprego e poucos recursos financeiros. Assim, Almirante Tamandaré é considerada uma cidade dormitório (as pessoas trabalham em outras cidades, principalmente Curitiba, e apenas retornam ali para dormir). Além disso, a baixa atividade econômica, pelas poucas empresas, agravada pelo fato de os moradores trabalharem - e usarem mais o comércio - em Curitiba, torna a cidade pobre, sem muitas condições de viabilizar obras como escolas, postos de saúde e moradias para sua população.

A história da comunidade da Ilha é antiga, e começa por volta de 1965, quando a família do Sr. Sebastião e da Sra. Helena, mudou para o local, para trabalharem como caseiros de uma chácara. No ano de 1995, por meio de uma ação trabalhista, a famí-

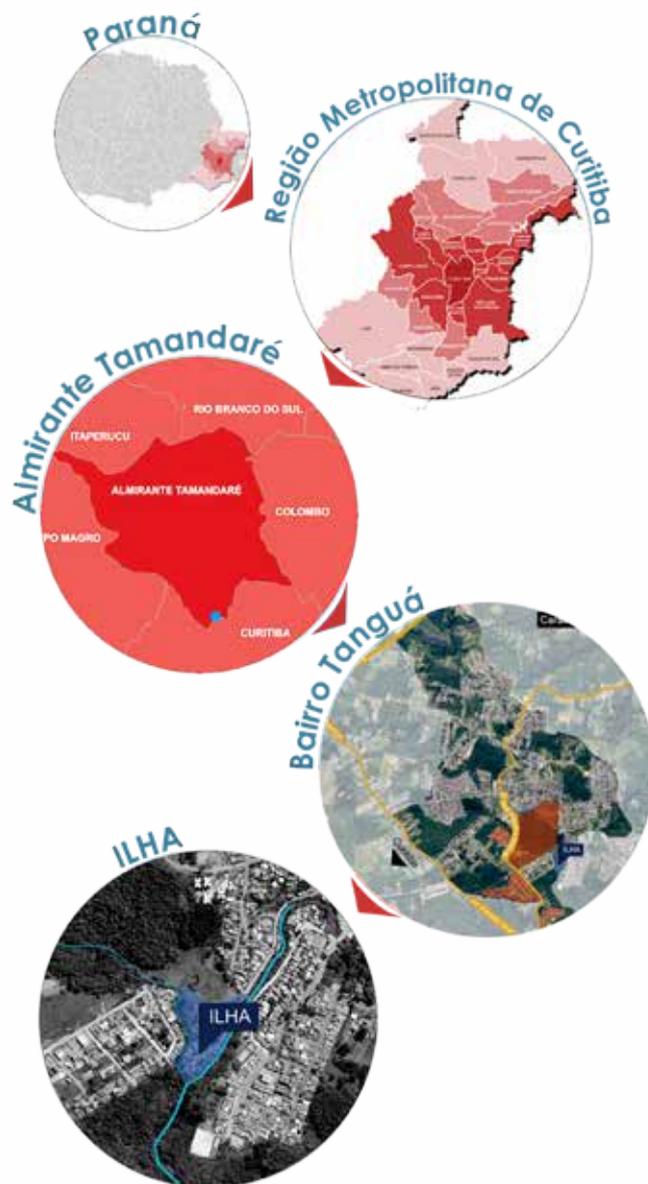


Figura 1 - Localização do assentamento Ilha em Almirante Tamandaré
Fonte: Adaptado do Google Earth (2014).

lia recebeu uma parte do terreno, construiu sua habitação e cedeu o espaço também a seus filhos Ivo, Leonice e Wilson para que construíssem ali suas moradias. A ocupação da área de proteção ambiental (próxima aos rios) começou informalmente em 1991.

Em 2013, segundo levantamentos do projeto Cidade em Debate da Universidade Federal do Paraná, havia 122 habitantes na comunidade, vindos principalmente de Almirante Tamandaré e Curiti-

ba, mas também de outras cidades da região metropolitana como Fazenda Rio Grande e Rio Branco do Sul. Alguns vieram de outros estados como São Paulo e Santa Catarina. Grande parte dos moradores da Ilha reside há anos no local, tendo alguns nascido, crescido e constituído família ali, havendo um vínculo afetivo, solidário e de amizade forte entre os moradores. Porém, há também os que não zelam pela Ilha, jogando lixo fora da caçamba e danificando a iluminação pública.



Figura 2 - Fotos áreas comparativas dos anos de 2004 e 2014
Fonte: Adaptado do Google Earth (2014).

Os moradores...

Em 2014 o assentamento Ilha contava com 34 construções (Figura 3).

- 1 - Claudinéia
- 2 - D. Helena
- 3 - Barracão Sr. Sebastião
- 4 - Lara
- 5 - Lilian
- 6 - Wilson
- 7 - Ivo
- 8 - Neguinha
- 9 - Alessando
- 10 - Bruna
- 11 - Vera/Jenifer
- 12 - Walter
- 13 - Vania
- 14 - Mariano
- 15 - Vilma
- 16 - Kiko
- 17 - Clarice
- 18 - Fabiano
- 19 - Welen
- 20 - Waldir/Valdivina
- 21 - Zelinda
- 22 - Juliana
- 23 - Valdivina
- 24 - Rose
- 25 - Carina
- 26 - Mari
- 27 - Claudete
- 28 - Madela
- 29 - Natalina
- 30 - João
- 31 - Marcos
- 32 - Maervelin
- 33 - Jéssica
- 34 - D. Juvina

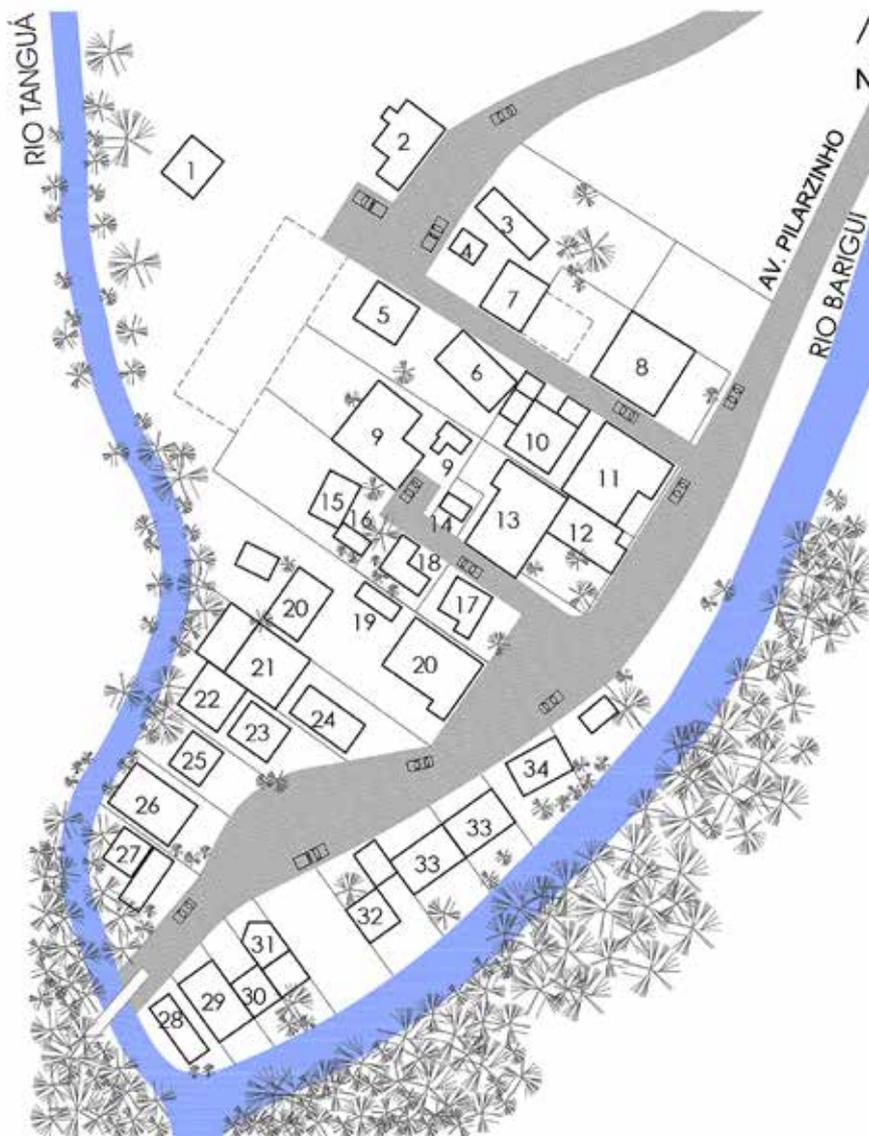


Figura 3 - Implantação geral do assentamento Ilha
Fonte: Autoria própria (2014).

Os rios...

Em assembleia realizada no assentamento em 25 de abril de 2014, os moradores trouxeram importantes informações sobre mudanças no curso dos rios (Figuras 4a, 4b e 4c). Segundo relatam, em meados de 1995 foram realizadas a dragagem e a retificação do rio Barigui pelas Prefeituras de Almirante Tamandaré e de Curitiba (Figura 4b).

Também nessa época, os moradores fizeram, por iniciativa própria, algumas ações no rio Tanguá: uma pequena mudança num trecho do curso foi realizada, e o que anteriormente descrevia um "s" passou a descrever um percurso mais retilíneo, um pouco mais distante das casas dos moradores da Ilha (Figura 4c).

Uma limpeza informal desse rio também foi feita. Após essas ações, segundo os moradores, o nível de alagamento nas primeiras casas próximas a esse rio diminuiu. Observou-se, ao longo das visitas, que alguns moradores também trazem entulhos de construções para fazer aterro.

Deve-se alertar que as ações tanto dos governos (retificação do rio Barigui) quanto dos moradores (aterros nos terrenos, córregos) são temporárias, pois os rios tendem a retomar seu curso original, podendo gerar novos alagamentos.

Em novembro de 2014, realizaram-se assembleias visando fornecer aos moradores informações e instrumentos para redução dos riscos durante as enchentes. No início do mês, moradores e equipe compartilharam informações sobre como proceder antes, durante e após as enchentes.

Foi entregue aos participantes uma cartilha doada pela Defesa Civil de Itajaí (SC), com informações sobre o tema. No final daquele mês, foi realizada uma oficina para construção de pluviômetros de garrafa pet e de réguas para medição do nível do rio, instrumentos importantes para monitoramento das cheias.

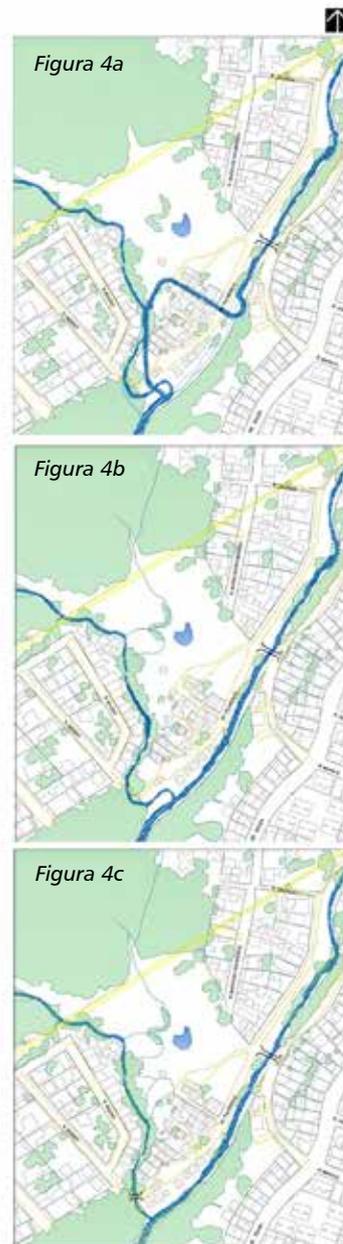


Figura 4 - Alterações no percurso do rio Barigui ao longo dos anos
Fonte: Adaptado do IPPUC (2014).

As enchentes...

As enchentes são constantes, e um dos eventos que mais afligem os moradores, que enfrentam o problema sem o efetivo apoio do poder público. Apenas o Corpo de Bombeiros costuma aparecer, quando chamado, para resgatar as pessoas.

Na última grande enchente, ocorrida em 2011, segundo relato dos moradores, a altura da água nas casas chegou a 1 metro, acarretando na perda de móveis, eletrodomésticos e utensílios.

Outra enchente ocorreu em junho de 2014, novamente com invasão da água nas casas e consequente perda de roupas e móveis.

Nos relatos dos moradores, a palavra “medo” é recorrente: “começa a chover forte, a gente já fica com medo”, indicando os sentimentos de apreensão e de angústia que vivenciam por ocasião das chuvas. Esse sentimento também está associado ao rio; conforme relata D. Helena: há cerca de 19 anos, em ocasiões diferentes, duas crianças já morreram afogadas no Rio Barigui.



Figura 5 - Registros de enchentes no assentamento Ilha em 2011
Fonte: CEFURIA (2011).



A natureza...

Não obstante, a proximidade com a natureza também é valorizada pelos moradores. Apesar dos riscos para a saúde, no verão, as crianças brincam numa parte rasa de um dos rios, que é trecho, porém, contaminado pelo esgoto doméstico. Moradoras destacam, em fotos, a beleza do verde na região e a necessidade de preservar o meio ambiente. Os parques Tanguá e Tingui, por estarem perto da Ilha, também são utilizados como locais de lazer pelos moradores.

Desse modo, é ambivalente a relação dos moradores com a natureza. O assentamento encontra-se parcialmente em área de proteção ambiental; mas há lixo e sucatas, como revela a carcaça de um carro abandonado no local. A despeito das enchentes e das apreensões advindas da proximidade do rio, as moradoras destacaram nas assembleias a beleza das matas e do verde presentes na Ilha (Figuras 6 e 7).



Figura 6 - Vista da vegetação existente na Ilha
Fonte: Mariano (2014).



Figura 7 - Vegetação das margens do Rio Barigui
Fonte: Oliveira (2014).

As lutas...

Conforme o relatório do projeto Cidade em Debate, elaborado pelos professores da Universidade Federal do Paraná, ao longo dos anos, os moradores mobilizaram-se para conquistar vários direitos, como o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica. Outras vezes, abandonados pelo poder público, os próprios moradores limparam os rios, construíram uma ponte na continuação da Avenida Pilarzinho e taparam os buracos da rua com entulhos (Figura 8a).

Outra importante conquista da comunidade foi a criação da Associação de Catadores de Material Reciclável da Ilha, em janeiro de 2011, com o apoio do com o apoio do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Alguns moradores, que trabalham como catadores, ocuparam um barracão em uma área próxima da Ilha para a armazenagem e a separação dos materiais. O barracão, pertencente à massa falida de Likakal Indústria Eletrônica LTDA, estava abandonado havia mais de 20 anos, e tinha dívidas de IPTU desde 1990. Em 13 de maio de 2014, em nova e importante conquista, a Associação dos Catadores foi considerada como de Utilidade Pública pela Câmara dos Vereadores de Almirante Tamandaré. Atualmente, cerca de 10 pessoas da comunidade trabalham no local (Figuras 8b e 8c).



Figura 8a



Figura 8b



Figura 8c

Figura 8 - Barracão e áreas do entorno para armazenagem e separação de materiais do assentamento Ilha

Fonte: Autoria própria (2014).

A Ilha é o nosso Jardim do Éden...

No dizer de um morador em uma das assembleias: "A Ilha é o nosso Jardim do Éden!". Existem vários aspectos positivos em viver na Ilha:

...fica perto de Curitiba, facilitando o acesso ao transporte, saúde, comércio, serviços bancários e trabalho;

...está numa área nobre e fora do carste em Almirante Tamandaré;

...a amizade e solidariedade de seus moradores;

...a proximidade com a natureza e áreas de lazer como parques Tingui e Tanguá.



Figura 9 - Registros de moradores e do entorno do assentamento Ilha
Fonte: Autoria própria, com colaboração de Luciano e Sieben (2014).

Porém, há muito por que lutar...

- ...falta de saneamento básico (rede de esgotamento sanitário adequada);
- ...ausência do poder público;
- ...lixo espalhado por alguns moradores;
- ...danos à iluminação pública feitos por alguns moradores;
- ...ponte no final da Avenida Pilarzinho em estado precário, colocando em risco a segurança dos moradores;
- ...falta de pavimentação pública;
- ...falta de área de lazer para as crianças e os adultos;
- ...região do assentamento Ilha é atingida por inundações (Figura 10).

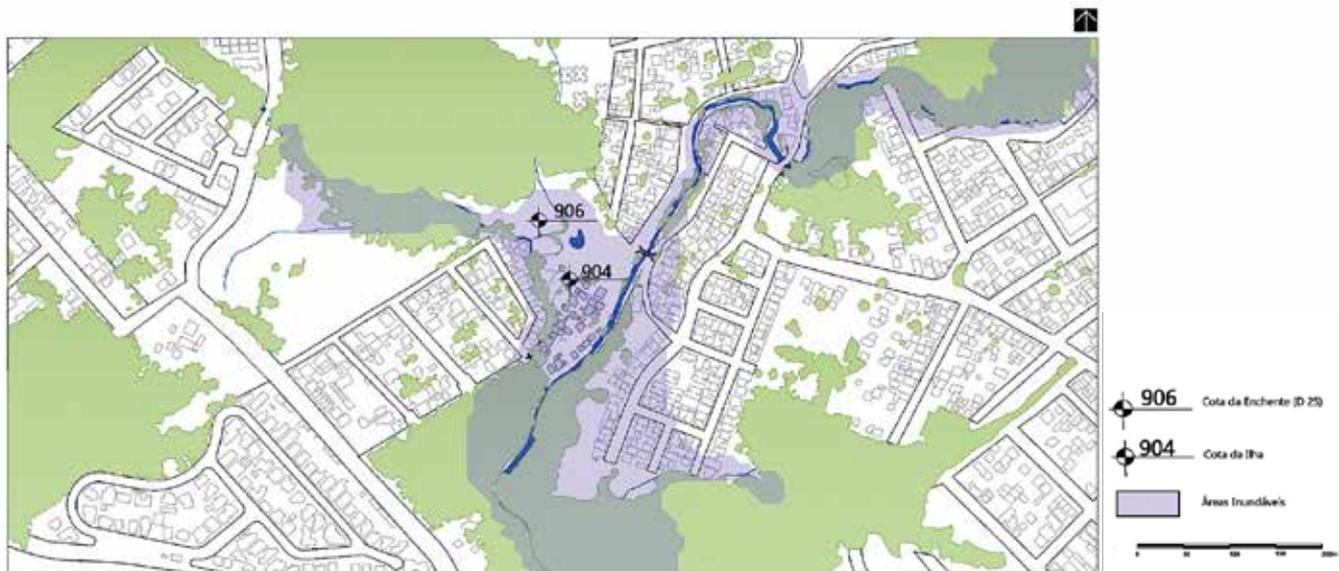


Figura 10 - Mapa de áreas inundáveis
Fonte: Adaptado de SUDERHSA (2002).

O que o pessoal da Universidade Tecnológica veio fazer aqui...?

O CEFURIA conhece o assentamento e sua luta, acompanha a situação, ciente do risco de os moradores serem despejados do local, por não terem documento de posse do terreno e estarem em área de proteção ambiental. Além disso, as famílias que ali moram sofrem com as enchentes dos rios e com a falta de saneamento básico. Então, o CEFURIA, com a aprovação dos moradores, propôs uma parceria com os professores e estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (Figura 11).

O objetivo era realizar um estudo técnico para verificar a viabilidade da regularização fundiária (que cada família tivesse o documento de posse do terreno que hoje ocupa na Ilha), bem como fazer um projeto de urbanização (projeto construído com a comunidade com plantas das casas, pavimentação das ruas, iluminação pública, rede de esgotamento, criação de área de lazer, etc.).



Figura 11 - Encontros de professores e estudantes da UTFPR com moradores do assentamento Ilha
Fonte: A autoria própria (2014).

O que o pessoal da Universidade Tecnológica veio fazer aqui...?

Isso tudo para que, com esse documento técnico, feito por uma universidade, os moradores pudessem lutar junto aos governos (municipal, estadual, federal) para terem condições mais dignas de moradia. A equipe de professores e alunos fez, durante 7 meses, um grande estudo. Buscaram informações sobre os rios Barigui e Tanguá, sobre as enchentes, o tipo de solo na região da Ilha, o sistema de esgoto e água, etc. Essas informações foram obtidas a partir de conversas com os moradores da Ilha, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), o Instituto Ambiental do Paraná, a Secretaria Municipal de Obras (Curitiba), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Curitiba e Almirante Tamandaré), o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), o Instituto das Águas do Paraná, dentre outros (Figura 12).

Infelizmente, o diagnóstico indicou que, legal e tecnicamente, não é possível a regularização fundiária e a urbanização do local, pelos motivos apresentados a seguir.



Figura 12 - Assembleias na Ilha
Fonte: Autoria própria (2014).

Por que não é possível promover a regularização fundiária e a urbanização da Ilha?

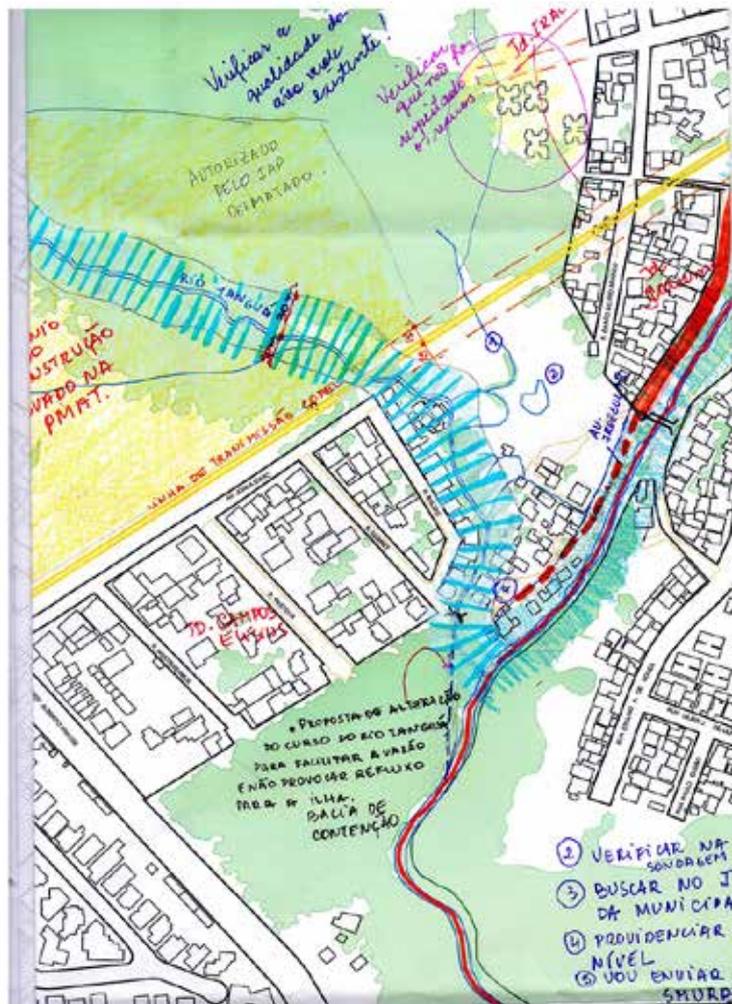


Figura 13 - Mapa síntese dos estudos

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (2014).

- Pela nova lei ambiental – Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), deve-se manter uma faixa de 30 metros de mata nas margens dos rios para justamente evitar que deslize terra para dentro, deixando o rio mais raso, piorando os efeitos das enchentes. Por isso, é proibido construir moradias nesse local (Figura 13). O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) realiza fiscalizações, aplica multa e pode pedir a retirada das famílias do local;

- A área livre, na parte de trás da Ilha, perto das árvores e do tanque dos peixes, é um banhado, e a lei ambiental não permite a construção ali porque é considerada uma Área de Preservação Permanente. Além disso, pelo relato dos moradores, aquele é um dos primeiros lugares onde a enchente chega; isso sem mencionar a linha de Alta Tensão que cruza o fundo do terreno que, segundo as normas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), exige afastamentos de moradias do local (Figura 13).

Por que não é possível promover a regularização fundiária e a urbanização da Ilha?

- O entorno da Ilha está sendo todo ocupado por construções, diminuindo a área verde e de terra que possibilitam o escoamento. Assim, a água das chuvas acaba indo para os bueiros e ruas e, destes, segue para os rios, que vão enchendo mais e mais, tornando as enchentes mais frequentes e intensas. Estudo feito pelo Instituto das Águas, órgão do Governo do Paraná, prevê que, num período de 25 anos, a altura da água durante uma enchente pode chegar a 2,5 metros!

- Não há obras que possam ser feitas que solucionem de vez o problema e acabem com as enchentes no local.

Diante desses resultados, infelizmente não há como propor a regularização e urbanização da Ilha. Isso significa que não podemos seguir com a proposta para que os moradores tenham a posse legal dos terrenos e para buscar junto aos governantes melhorias mais efetivas (ex. asfalto, calçadas, saneamento).

Alternativas estão sendo buscadas e avaliadas para oferecer uma solução de moradia digna aos moradores da Ilha. O objetivo atual é buscar áreas próximas com potencial para propor o reassentamento das famílias. Ainda não é possível indicar uma solução definitiva, mas o reassentamento em local próximo é uma das opções em estudo.



Por que não é possível promover a regularização fundiária e a urbanização da Ilha?

A situação topográfica da Ilha, em terreno mais baixo que a vizinhança imediata, e 2 metros abaixo da ponte principal, leva a água da chuva a desembocar toda para a comunidade, tornando a Ilha uma “bacia de contenção” e favorecendo a ocorrência de inundações (Figura 14).

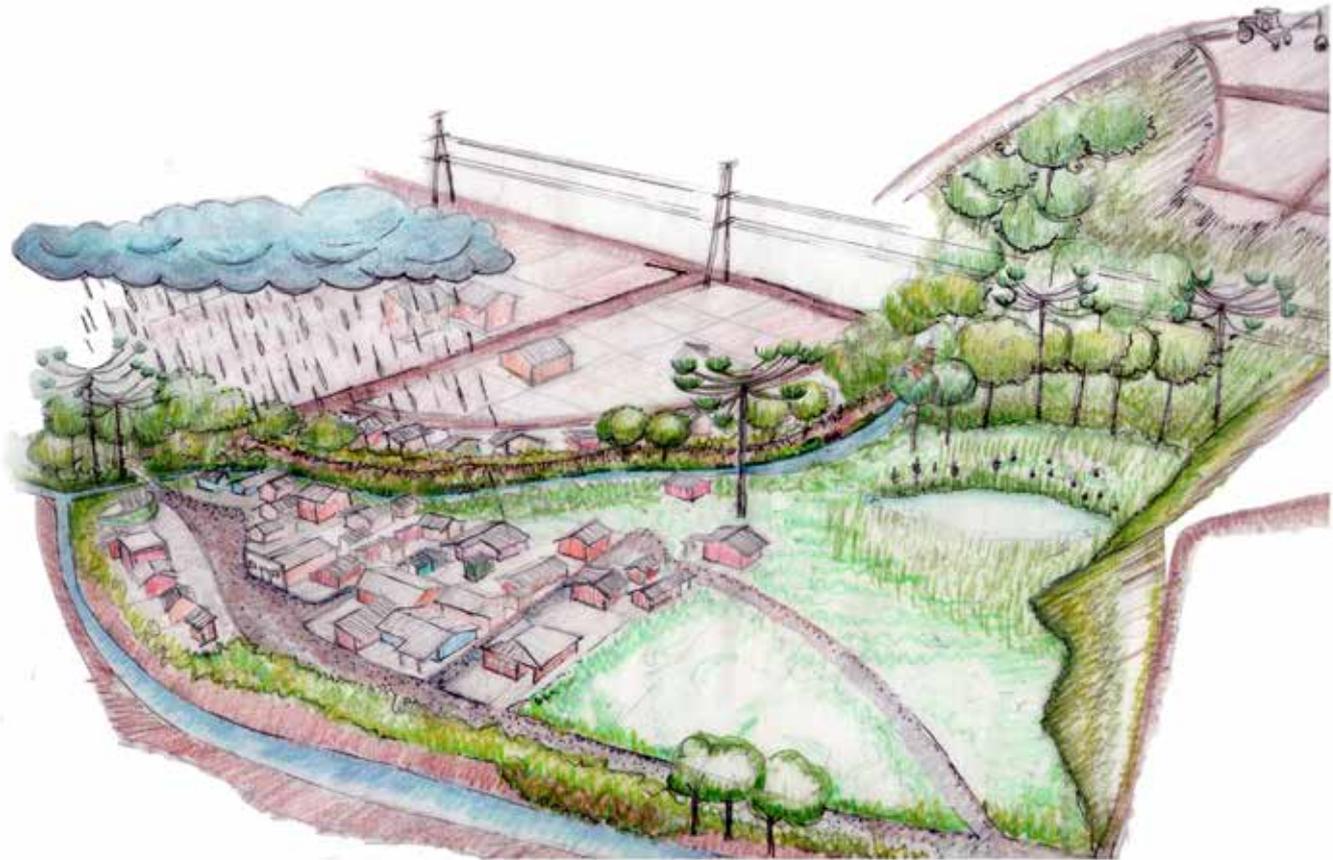


Figura 14 - Croqui do assentamento mostrando os condicionantes ambientais
Fonte: Autoria própria (2014).

O que fazer?

“Será melhor a gente ficar por aqui e deixar as coisas como estão? Vale a pena a gente se organizar e lutar por um lugar melhor?”

Essas e outras questões precisam ser debatidas e decididas coletivamente pelos moradores da Ilha (Figura 15).

A equipe da Universidade Tecnológica quer continuar contribuindo com os moradores, e por isso fez uma pesquisa sobre os Programas de Habitação. Buscou informações na internet e conversou com o gerente de habitação da Caixa Econômica de Almirante Tamandaré. O quadro com as informações obtidas está apresentado nas próximas páginas.

UNINDO FORÇAS

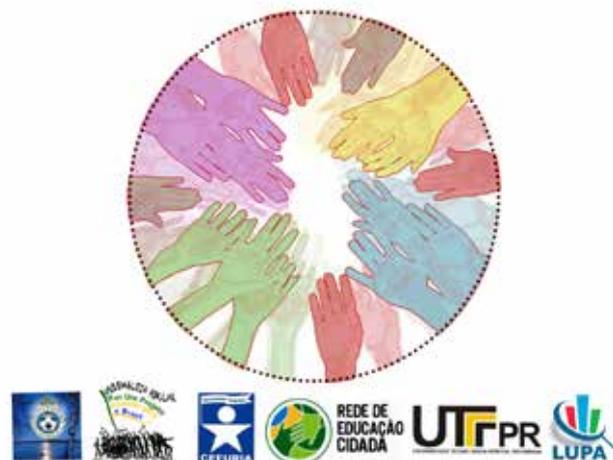


Figura 15 - Entidades envolvidas com o projeto assentamento Ilha
Fonte: Autoria própria (2015).

Programas habitacionais do Governo Federal

	MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV Entidades – comunidade)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Prefeitura, COHAPAR, Governo Federal)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Construtoras)
Como funciona?	A comunidade escolhe uma Entidade (por exemplo, uma associação) que em conjunto com os moradores irá administrar a obra. A comunidade participa diretamente das decisões da obra (local, tamanho, planta das moradias, etc.), respeitando algumas especificações da Caixa como acessibilidade para pessoas com deficiência.	A Caixa faz um convênio com os governos municipais ou estaduais que são os responsáveis por cadastrar e selecionar as famílias. A Caixa contrata uma construtora que faz a obra. Os governos e as construtoras que definem o local, tamanho, planta das moradias, etc., respeitando algumas especificações da Caixa como acessibilidade para pessoas com deficiência.	A construtora faz um convênio com a Caixa e administra a obra. A pessoa, individualmente, procura uma imobiliária ou construtora que está negociando a casa, cujo tamanho, planta, local já foi definido pela construtora respeitando algumas especificações da Caixa como acessibilidade para pessoas com deficiência.
Quem pode participar?	<ul style="list-style-type: none"> Famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00 (formal ou informal). Ser indicado pela Entidade de acordo com critérios definidos pelo governo federal (famílias em área de risco, famílias chefiadas por mulheres, famílias com pessoas com deficiência e idosos) e mais 3 critérios decididos nas assembleias pela comunidade. Para ter direito à moradia, a família escolhida tem que participar das assembleias da comunidade. Ter cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ter documentação pessoal em dia (RG, CPF, etc.). Não há impedimento para Estar com dívidas (por exemplo, nome no Sistema de Proteção do Crédito (SPC)). 	<ul style="list-style-type: none"> Famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00 (formal ou informal). Famílias cadastradas e selecionadas pela Prefeitura, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Governo Federal. Em Almirante Tamandaré a fila de espera é de cerca de 3.000 famílias. Tem prioridade famílias em área de risco, famílias chefiadas por mulheres, famílias com pessoas com deficiência e idosos. Ter cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ter documentação pessoal em dia (RG, CPF, etc.). Não há impedimento para Estar com dívidas (por exemplo, nome no SPC). 	<ul style="list-style-type: none"> Famílias com renda bruta de R\$ 1.600,00 até R\$ 5.000,00 e que atendam aos critérios da Construtora e da Caixa. A Caixa avalia a capacidade de pagamento da pessoa que faz o empréstimo de acordo com os comprovantes de renda, pesquisas se tem alguma dívida. Ter documentação pessoal em dia (RG, CPF, etc.). Não ter restrição cadastral: Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA), Banco Central do Brasil (BACEN), nome no SPC e Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).



Programas habitacionais do Governo Federal

	MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV Entidades – comunidade)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Prefeitura, COHAPAR, Governo Federal)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Construtoras)
Quem não pode participar?	<ul style="list-style-type: none"> Já recebeu ajuda habitacional do governo federal. Está cadastrado no Cadastro Nacional de Mutuários e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados. Já tem um imóvel regularizado ou financiado. 	<ul style="list-style-type: none"> Já recebeu ajuda habitacional do governo federal. Está cadastrado no Cadastro Nacional de Mutuários e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados. Já tem um imóvel regularizado ou financiado. 	<ul style="list-style-type: none"> Já recebeu ajuda habitacional do governo federal. Está cadastrado no Cadastro Nacional de Mutuários e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados. Já tem um imóvel regularizado ou financiado. Está com situações de dívidas.
Qual o valor do financiamento (empréstimo)?	R\$ 64.000,00 por família (inclui compra do terreno, construção e estrutura – água, luz, asfalto, calçadas, etc.). A comunidade deve fiscalizar a obra e a aplicação do dinheiro. O valor do empréstimo (R\$ 64.000,00) não será pago todo pela família. O governo federal irá pagar até 95% desse valor. Não há cobrança de juros. Há somente atualização do saldo devedor pelo índice da poupança.	R\$ 64.000,00 por família (inclui compra do terreno, construção e estrutura – água, luz, asfalto, calçadas, etc.). O dinheiro é repassado pela Caixa para a construtora contratada para fazer a obra. O valor do empréstimo (R\$ 64.000,00) não será pago todo pela família. O governo federal irá pagar até 95% desse valor. Não há cobrança de juros. Há somente atualização do saldo devedor pelo índice da poupança.	Até R\$ 130.000,00 (compra do imóvel novo ou na planta). O dinheiro é repassado pela Caixa para a construtora. Há cobrança de juros (5% a 7,16% + TR ao ano) que chegam muitas vezes a dobrar o preço inicial dos imóveis. O governo paga uma parte (até R\$ 18.000,00), o restante é pago pelo morador. Tem que dar um valor de entrada.
Qual o valor da prestação?	5% da renda bruta da família (de R\$ 25,00 a R\$ 80,00).	5% da renda bruta da família (de R\$ 25,00 a R\$ 80,00). Dependendo do Programa Governamental e da renda da família esse valor pode subir.	Até 20% do valor da renda bruta, variando de acordo com o valor do empréstimo (aproximadamente acima de R\$ 320,00).
Em quanto tempo tenho que pagar?	Até 120 meses (10 anos)	Até 120 meses (10 anos)	Até 360 meses (30 anos)



Programas habitacionais do Governo Federal

	MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV Entidades – comunidade)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Prefeitura, COHAPAR, Governo Federal)	MINHA CASA, MINHA VIDA (Construtoras)
Qual o tamanho das casas?	Obra é administrada com a participação direta dos moradores, o tamanho das casas do "MCMV entidades" costuma ser maior do que dos programas de habitação tradicionais e do MCMV. Podem ter mais do que 48 m ² .	40,99 ou 43,60 m ²	35 a 48 m ²
Quem constrói?	A construtora definida pelos moradores. Pode-se também fazer construção através de mutirão diminuindo os custos com mão-de-obra e podendo investir o dinheiro na qualidade da construção das casas e infraestrutura.	Construtora contratada pela Caixa.	Construtora que fez o convênio com a Caixa Econômica Federal.
E para não perder o imóvel?	O morador deve pagar as prestações, assim como as contas de água, luz, IPTU, etc. Não pode alugar, ceder, vender o imóvel antes de quitar o financiamento ou usar para fins que não sejam residenciais.	O morador deve pagar as prestações, assim como as contas de água, luz, IPTU, etc. Não pode alugar, ceder, vender o imóvel antes de quitar o financiamento ou usar para fins que não sejam residenciais.	O morador deve pagar as prestações, assim como as contas de água, luz, IPTU, etc. Não pode alugar, ceder, vender o imóvel enquanto tiver a dívida. Pode vender o imóvel antes de quitar, porém, o novo comprador deve assumir a dívida junto à Caixa (não pode ser contrato de boca).
Qual a participação dos moradores no processo?	Escolhem a entidade, participam na decisão dos critérios de seleção dos beneficiados, da localização, tamanho, planta da moradia. Fiscalizam o andamento da obra e o uso do dinheiro.	Não há. Fazem o cadastro. Esperam a seleção. Quando chamados vão para os locais e casas definidos pela prefeitura e governo do Estados e construtora.	Não há. Cada pessoa faz o financiamento, tentando conciliar o imóvel que "cabe no seu bolso" com os preços e modelos, localização, tamanho ofertados pelas construtoras.

Quadro 1 - Informações dos programas habitacionais do Governo Federal
Fonte: Autoria própria (2014).



Referências

BRASIL. Lei no. 12.651, de 25 de maio de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 maio 2012. p. 1.

CEFURIA. [Sem título]. 2011. 1 fotografia.

GOOGLE EARTH. 2014. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Mapas Digitais para Download. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

LUCIANO, H. **Olhares na Ilha**. 2014. 1 fotografia.

MARIANO, V. **Vista da vegetação existente na Ilha**. 2014. 1 fotografia.

OLIVEIRA, V. **Vegetação às margens do Rio Barigui**. 2014. 1 fotografia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. **Mapa de localização da região em estudo**. Almirante Tamandaré, 2014.

SIEBEN, C. **Parque Tingui**, 2014. 1 fotografia.

SUDERHSA. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Alto Iguaçu na Região Metropolitana de Curitiba**. Relatório Final, Capacidade do Sistema Atual e Medidas de Controle de Cheias, Curitiba, v. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=265>>. Acesso em: 13 jun. 2014.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7014-150-7



9 788570 141507

Ministério das
Cidades

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA